



Percepção dos Assentados dos Assentamentos Federais do Território da Cidadania do Cariri sobre Agroecologia e Sustentabilidade

Perception of the Settlers of the Federal Settlements of the Cariri Citizenship Territory on Agroecology and Sustainability

COSTA JUNIOR, Juscelino Martins¹; STEYER, Fábila Schneider¹; PAULA, Rafael Pereira de¹; ESQUERDO, Vanilde Ferreira de Souza²; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira²

¹Universidade Federal de São Carlos, juscelinojunior_@hotmail.com; fabiasteyer@gmail.com; rppagronomia@gmail.com; ²Faculdade de Engenharia Agrícola/UNICAMP, vanilde.esquerdo@feagri.unicamp.br; sonia@feagri.unicamp.br

Resumo: Os assentamentos rurais são unidades produtivas e sociais, possibilitadas por políticas públicas destinadas à população demandante por terra, uma das suas principais problemáticas é a baixa infraestrutura nas regiões onde estão localizados. O objetivo deste trabalho foi analisar a percepção dos assentados dos assentamentos rurais do Território da Cidadania do Cariri sobre os temas: Agroecologia e Sustentabilidade. Este trabalho foi desenvolvido nos assentamentos Federais do Território da Cidadania do Cariri, Ceará, região que fica localizada na região sul do estado. Para tanto, foram aplicados questionários junto aos assentados. Verificamos que apesar dos assentados realizarem práticas que estão próximas da agroecologia, como a valorização dos conhecimentos tradicionais sobre os usos de plantas e animais, os mesmos desconhecem o significado deste termo. Assim, se faz necessário aliar trabalhos de assistência técnica e extensão rural de caráter agroecológicos capazes de valorizar e resgatar o conhecimento desses agricultores.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Conhecimento Agroecológico; Desenvolvimento rural.

Abstract: Rural settlements are productive and social units, made possible by public policies aimed at the demanding population by land, one of their main problems is the low infrastructure in the regions where they are located. The objective of this work was to analyze the perception of the settlers of the rural settlements of the Cariri Citizenship Territory on the themes: Agroecology and Sustainability. This work was developed in the Federal settlements of the Citizenship Territory of Cariri, Ceará, region that is located in the southern region of the state .. For this purpose, questionnaires were applied to the settlers. We verified that although the settlers practice practices that are close to agroecology, such as valuing traditional knowledge about the uses of plants and animals, they are unaware of the meaning of this term. Thus, it is necessary to combine technical assistance and rural extension of agroecological character capable of valorizing and recovering the knowledge of these farmers.

Keywords: Family Agriculture; Agroecological Knowledge; Rural development.



Introdução

Nas últimas décadas os debates sobre as questões ambientais se tornaram cada vez mais frequentes; em contraposição, ocorreu o aumento do uso de agroquímicos nas lavouras brasileiras. Frequentemente os agricultores usam o agrotóxico para o controle de doenças e para combater insetos nas suas plantações, podendo haver no curto prazo o aumento da produtividade (RIBAS; MATSUMURA, 2009), porém o resultado a longo prazo está relacionado aos danos ambientais, econômicos, na saúde do trabalhador e, conseqüentemente, da população cuja alimentação pode estar contaminada com resíduos desses produtos. Gliessman (2000) esclarece a necessidade de diminuir os efeitos negativos do uso de agrotóxicos ao ambiente, promovendo a conservação da biodiversidade nos agroecossistemas.

Durante a Revolução Verde, na década de 1970, foi instaurada uma linha de pensamento conservadora que defendia o uso de agrotóxico para a obtenção de elevadas produtividades. Tal Revolução pregou a inclusão dos agrotóxicos em grande escala na cultura ruralista brasileira, causando resultados ambientalmente negativos, com o aumento do uso de insumos, maquinário agrícola e a adoção de monoculturas, sem a preocupação com a diversidade dos ecossistemas, levando a degradação dos recursos naturais em pouco tempo (FERRAZ, 1997).

Por outro lado, a Agroecologia, ciência interdisciplinar e integradora, capaz de integrar saberes populares e tradicionais de diversos campos da ruralidade (CAPORAL et al, 2006) acompanhada de modelos de produção ambientalmente sustentáveis e fortemente produtivos, preocupada com a conservação dos recursos dos ecossistemas, é uma nova abordagem para o desenvolvimento rural (GLIESSMAN, 2009).

A Agroecologia pode ser considerada uma ciência moderna, porém busca os saberes tradicionais tão difundidos pelos agricultores, o uso desses saberes faz parte da rotina da população rural há muitas décadas, pois sempre tiveram a compreensão do uso dos bens naturais, buscando a sustentabilidade ecológica, priorizando os seus costumes e crenças (TOLEDO, 2005).

A Agroecologia busca também dar visibilidade aos aspectos sociais, gera a conjunção entre os saberes tradicionais e a introdução de novas técnicas difundidas por pesquisadores e profissionais dedicados com a promoção do desenvolvimento rural. A agroecologia enquanto ciência e prática vem sendo trabalhada por agricultores de comunidades tradicionais, agricultores familiares, assentados rurais, entre outros.

Segundo Bergamasco e Norder (1999, p. 7) os assentamentos rurais podem ser definidos como "a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de



trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra”, que resulta em impactos nos setores econômicos e na sociedade em geral, e necessitam vir acompanhados de políticas públicas agrícolas como crédito rural e assistência técnica e extensão rural de qualidade (SPAROVEK, 2003).

Muitas vezes as famílias são assentadas onde não existe infraestrutura mínima adequada para constituir uma comunidade, tanto em características econômicas, agrárias ou ambientais, gerando um resultado favorável a desigualdade (SPAROVEK, 2003). Além disso, faltam políticas de assistência técnica e extensão rural (ATER) capazes de compartilhar conhecimentos com os assentados, sejam ligados à produção ou de caráter social. Os conhecimentos agroecológicos, onde estão inseridas atividades relacionadas aos manejos ecológicos e questões sociais, são trabalhados no meio rural brasileiro ainda de forma bastante tímida, especialmente nos assentamentos rurais do Território da Cidadania do Cariri, Ceará.

O objetivo deste trabalho foi verificar a percepção dos assentados dos assentamentos rurais do Território da Cidadania do Cariri, no Ceará sobre Agroecologia e Sustentabilidade.

Metodologia

A área de estudo deste trabalho refere-se aos assentamentos rurais do Território da Cidadania do Cariri, que conta com 28 municípios, correspondendo a uma área de 16.350,40 km² localizado na região sul do Estado do Ceará, zona semi-árida, tendo como limites ao sul, o estado de Pernambuco; a oeste, o estado do Piauí; a leste, o estado da Paraíba e ao norte, os municípios de Aiuaba, Saboeiro, Jucás, Cariús, Cedro, Lavras da Mangabeira e Ipaumirim.

O Território da Cidadania do Cariri apresenta atualmente seis assentamentos federais. São eles: o assentamento São João e o assentamento São Paulo localizados no município de Antonina do Norte; o Baixa Grande localizado em Jati; o Olho D`água em Várzea Alegre; o ACOCI em Campos Sales e o assentamento Serra Verde localizado em Caririaçu.

Neste Território existem microterritórios, sendo eles: Leste, Central e Oeste; esses microterritórios serviram como base para a escolha da amostragem dos assentamentos estudados, sendo que no Cariri oeste foram escolhidos dois assentamentos: São João e São Paulo em Antonina do Norte; o Baixa Grande em Jati, localizado no microterritório do Cariri Leste; e o Olho D`água em Várzea Alegre, localizado no microterritório do Cariri Central.



Tabela 1. Número de famílias assentadas e entrevistadas na pesquisa.

Assentamento	Nº de famílias assentadas	Nº de famílias entrevistadas
São João	18	11
São Paulo	08	05
Olho D' água	19	14
Baixa Grande	144	17
Total		47

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Incra (2018).

Foi realizado um estudo de natureza quantitativa e qualitativa, com a aplicação de questionários semiestruturados com questões abertas e fechadas (GIL, 2002). As questões envolveram o conhecimento Agroecológico e percepções de manejos ambientais dos assentados. O diário de campo também foi utilizado como instrumento de registro de dados.

Resultados e discussões

Os assentados, em sua grande maioria, não tinham conhecimento sobre agroecologia, apesar de terem valores, hábitos e técnicas consideradas agroecológicas, vale ressaltar que métodos de construção dos conhecimentos participativos são bastante eficazes quando nos referimos a agroecologia, levando em consideração a apropriação, adaptação e conhecimento dessa nova forma de pensar a agricultura (NOBRE, 2011).

Em contrapartida a isso, 80% dos assentados entrevistados tinham conhecimento sobre cultivo orgânico de hortaliças, isso é resultado de uma cultura de valorização na comercialização do produto orgânico, os assentados sabem que o preço deste tipo de produto é mais elevado do que o produto convencional.

Do universo de 47 assentados entrevistados verificamos que 33 destes não usam agrotóxico em suas lavouras. Os assentados do Assentamento São João e São Paulo alegaram que não usam agroquímicos em suas lavouras devido às baixas condições econômicas, além disso, não produzem em grande escala, não havendo, segundo eles, a necessidade do uso deste tipo de produto. Utilizam capinas e Manejo Integrado de Pragas para o combate de plantas espontâneas e insetos. Já



no Assentamento Olho D'água, dos 14 assentados entrevistados naquele assentamento 10 utilizam agrotóxico para combater a lagarta no feijoeiro.

O não uso de agrotóxico intensifica a necessidade de práticas de manejos agroecológicos, como o uso de repelentes e inseticidas naturais, porém essas práticas não foram vistas nos assentamentos do Território da Cidadania do Cariri. Os assentados do assentamento São Paulo não tinham conhecimento sobre esses tipos de produtos, fato que sinaliza para a deficiência na comunicação entre os assentados e os órgãos de assistência técnica e extensão rural, responsáveis por promoverem a agroecologia nessas comunidades.

Dos 47 assentados pesquisados, 24 não sabiam que existem produtos naturais capazes de controlar pragas e doenças. Pela pequena área para produção disponibilizada para as lavouras, a maioria dos assentados, 30 dos 47 entrevistados, não usam mecanização, o manejo é realizado manualmente, e na maioria das vezes através de mutirão com vizinhos. Tal fato demonstra uma proximidade entre as pessoas da comunidade, podendo indicar a presença de capital social entre eles. Os assentados que utilizam mecanização na sua produção são de assentamentos que possuem associações organizadas e conseguiram, por meio de projetos governamentais, tratores para a sua produção. Durigan (1999) coloca que para serem aplicadas de forma mais ampla, as práticas e manejos agroecológicos devem ser apresentadas como instrumentos de baixo custo, conseguindo assim alcançar mais agricultores familiares, sendo adequadas aos aspectos sociais locais e buscando a conservação e recuperação do agroecossistema.

Os assentados entrevistados dos assentamentos São João, São Paulo e Olho D'água nunca receberam cursos ou palestras relacionadas à agroecologia, e relatam a ausência de atividades de ATER nos assentamentos. Já no assentamento Baixa Grande no município de Jati, os assentados já receberam cursos com enfoque agroecológico, como resultado de uma aliança entre o assentamento e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) – aliança esta que só foi observada neste assentamento. Em conversa com o dirigente regional do MST para o Território da Cidadania do Cariri, houve o relato sobre a falta condições para maior mobilização do MST quando se refere à agroecologia, para ele o Movimento muito contribui para o compartilhamento dos conhecimentos agroecológicos, tendo em vista realização de cursos e palestras nos assentamentos, porém ainda não consegue atender todos. Isso ocorre devido ao grande número de assentamentos que o MST atua (já que o MST não atua apenas em assentamentos Federais no Território, mas também em assentamentos oriundos do Programa Nacional de Crédito Fundiário) e o pouco número de contribuintes dentro do movimento para compartilhar esse conhecimento.

É importante destacar o papel da mulher na busca pelo conhecimento agroecológico, uma vez que elas costumam incentivar todo o assentamento. O caso



mais claro foi observado no assentamento Baixa Grande, o qual obtivemos os melhores resultados em relação à Agroecologia, onde a presidente da Associação é uma mulher bastante ativa e que consegue realizar as atividades com muito comprometimento. As atividades das mulheres nesse assentamento referem-se à atuação em trabalhos coletivos, em grupos de juventude e mobilizam os maridos em questões voltadas à sustentabilidade. Segundo Brumer (2004) as mulheres do meio rural ainda são consideradas invisíveis nas atividades produtivas, pois o homem ainda permanece como um “poder” central na relação de trabalho e mesmo quando a mulher realiza um número maior de atividades que o homem, ela é considerada apenas uma ajudante no serviço, não sendo “merecedora” de gerir os resultados dos lucros. Porém, verificamos que no assentamento Baixa Grande a atuação das mulheres vem ganhando visibilidade.

Os saberes tradicionais são levados em conta dentro dos assentamentos pesquisados, eles relataram em diversas vezes a presença de costumes que praticam diariamente, apesar da falta de conhecimento técnico específico sobre os manejos agroecológicos, os mesmos têm convicção de que esses manejos não agredem o meio ambiente e que conseguem conservar os seus recursos naturais. Porém, é de extrema importância uma investigação científica quanto a esses saberes, para que sejam difundidos e valorizados.

Conclusões

Existe uma falta de conhecimento sobre o termo agroecologia entre os assentados pesquisados, o que não significa que os mesmos pratiquem não agroecologia. Há um saber local muito importante entre esses agricultores, pois em suas atividades diárias realizadas na roça sabem o quanto é prejudicial o uso de agrotóxicos. Neste sentido, as atividades realizadas pelas mulheres merecem destaque, pois sabem o quanto é importante a segurança alimentar da família.

Por outro lado, há que se considerar o fato de que nas localidades pesquisadas o não uso de agroquímicos se deve também às limitações econômicas. Verificamos a necessidade de atividades de assistência técnica e extensão rural agroecológicas neste Território, incluindo aí a atuação de uma cadeia de atores que envolva as Universidades, os agentes de ATER, as ONGs e os agricultores assentados.

Agradecimentos

Agradecemos a CAPES pelo financiamento do projeto de mestrado “Agricultura familiar e políticas públicas: análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE em assentamentos rurais do território da cidadania do Cariri – Ceará” através



do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos.

Referências bibliográficas

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A., PAULUS, G. **Agroecologia**: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília: 2006.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; NORDER, L.A.C. **Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1996-1997)**. In: A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas / organizado por Medeiros, L.S. de & Leite, S. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**. Florianópolis (SC), v. 12, n. 01, 2004.

DURIGAN, G. Técnicas silviculturais aplicadas à restauração de ecossistemas. In: I SIMPÓSIO SOBRE RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA DE ECOSSITEMAS NATURAIS. **Anais...** Piracicaba, SP 1999.

FERRAZ, J.M.G. Desenvolvimento de metodologias para definição, monitoramento e avaliação de indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas. **Revista Brasileira de Ecologia** v.1, p 30. 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, v. 5, n. 61, p. 16-17, 2002.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

NOBRE, H. G. **Sistemas agroflorestais e a construção do conhecimento agroecológico em assentamentos rurais**. 2011. 98 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, Araras. 2011.

RIBAS, P. P.; MATSUMURA, A. T. S. A química dos agrotóxicos: impacto sobre a saúde e ensino. **Liberato**, v. 10, n.14, p. 149- 58, 2009.



SPAROVEK, G. A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira. **Páginas & Letras**. São Paulo, SP. 2003.

TOLEDO, V. M. La memoria tradicional: la importancia agroecológica de los saberes locales. **LEISA Revista de Agroecologia**: México, 2005, p. 16-19.